

R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. 1 | N° 21 - OUTUBRO 2022

Ateus com Cristo



Revista Conhecimento & Cidadania

Editorial

Leandro Costa – Editor-Chefe
Munique Costa – Editora Adjunta
Pedro Costa – Editor Auxiliar

Produção e Designer

Edson Araujo
Munique Costa
Leandro Costa

Redação

Edson Araujo
Pedro Costa
Munique Costa
Leandro Costa

Colunistas

Edson Araujo
Leandro Costa
Mauricio Motta
Pedro Costa
Danielly Jesus
Maria Cecília Pontes Carnaúba

Artigo Extra

Públio Caio Bessa Cyrino
Procurador de Justiça do MPAM e Ministro da Palavra na Paróquia Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos,
em Manaus

O conteúdo do **Caderno Direito nas Escolas** é independente e não tem correlação direta com a linha editorial da Revista Conhecimento & Cidadania.

Todas as entrevistas são previamente consentidas e guardam fidelidade com as declarações dos entrevistados.

O conteúdo desta edição foi produzido por **voluntários** que autorizaram a publicação de seus trabalhos, **não sendo remunerados**, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

Revista Conhecimento & Cidadania

Vol. I – Nº 21 – Outubro de 2022

Rio de Janeiro – RJ

Curso Menezes Costa – CNPJ 28.814.886/0001-26

ISSN 2764-3867

Nota do editor

Chegamos ao vigésimo primeiro volume da Revista Conhecimento & Cidadania, retorno ao editorial da revista para dar continuidade à missão que é motivadora e revigorante. Nos aproximamos do primeiro aniversário e ainda temos muito o que trilhar.

Agradeço toda a equipe da Revista Conhecimento & Cidadania que não deixaram que nossa iniciativa perdesse o brilho, especialmente a Pedro Costa que assumiu as funções de editor-chefe sem que nada faltasse no conteúdo que entregamos e Munique Costa que manteve o excelente trabalho.

Confesso que usaria este espaço para fazer uma homenagem à Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, entretanto, fomos agraciados com um texto enviado por um de nossos leitores, que transmitiu a mensagem com tamanha maestria que não tivemos escolha, pedimos sua permissão para publicá-lo. Uma homenagem bela, lúcida e franca.

Aproveito também para agradecer nossos colunistas Edson Araujo, Maurício Motta, Pedro Costa e Danielly Jesus, bem como, anunciar o retorno da Dra. Maria Cecília Pontes Carnaúba.

Espero que possamos continuar nosso trabalho, chegar mais longe e que nossa liberdade de expressão não seja ameaçada no futuro.

Leandro Costa

Editor-chefe

Ateus com Cristo

Por Leandro Costa



O incêndio na Catedral de Notre Dame, [que gerou comemoração de jihadistas](#), nos faz enxergar que a destruição do ocidente passa pelo abandono da fé cristã. Entretanto, não é o Islã a maior ameaça ao cristianismo, uma vez que existe uma religião que se opõe a todas as outras e busca sua hegemonia através da destruição dos valores. Uma fé que professa a inveja, a cobiça e a danação, que se alimenta do desespero e não encontra baliza moral em sua guerra santa.

Se existe uma crença no mal, movida pela fome de poder, não há como ignorar quem sejam seus seguidores, ainda que o clero se negue a assumir sua real existência, tal crença, e suas diversas divisões, atentam contra a humanidade e todas as demais religiões. A guerra santa é velada, ai menos na maioria dos casos, mas pode ser identificada de [forma mais expressiva](#) em algumas ações isoladas.

Independente da religião de cada um, considerar que os arautos da destruição são inimigos reais da humanidade deveria ser o óbvio, mas muitos estão cegos, seja por assumirem posturas tuteladas pela fé profana, seduzidos pelo canto da sereia, ou por ignorarem o mal que os espreita. Os [ataques ao cristianismo](#) tem o fim especial de destruir um dos pilares da civilização ocidental, sendo essencial compreender a relação de religião e sociedade.

O cristianismo é a pedra fundamental do ocidente, pois, dele afloram os preceitos centrais da civilização que conhecemos, a filosofia grega e as bases de justiça romana decorrem da idade antiga, mas é sua adaptação aos ensinamentos bíblicos que forjam as estruturas de nossa sociedade. Os conceitos de alma, salvação, pecado, fraternidade e redenção norteiam o mundo ocidental, criando o ambiente que atualmente vivemos.

Não por acaso o mundo oriental teve maior ingerência dos regimes totalitários no século passado, a fragmentação de religiões fez com que os indivíduos experimentassem uma vida social com elo deteriorado, entretanto, a unidade do cristianismo, do judaísmo e do islamismo, formaram grupos sólidos e de difícil infiltração para os nefastos sacerdotes da fé maligna. A religião do mal não encontrou em tais vertentes o terreno fértil que buscava.

O islã, seja xiita ou sunita, tem na figura de Alah sua unicidade, bem como, a Santíssima Trindade é para os cristãos, católicos, ortodoxos e protestantes, sendo assim, não importa qual o cristão, estarão unidos pela fé em Jesus Cristo. A fraternidade cria um elo que o mal precisa quebrar, sendo essa a missão dos profetas da danação.

Desde a conversão do Império Romano ao catolicismo, o ocidente teve como pilar a fé cristã, esculpindo cada uma das sociedades ocidentais que sofreram influência romana nos moldes da cristandade, o que, sem sombra de dúvida resultou na civilização ocidental atual. Sejam país de maioria católica, como a América Latina, ou de maioria protestante, como a América Anglo-saxônica, o chamado novo mundo foi construindo sobre tal pilar.

A história do Brasil com o cristianismo não é diferente, os portugueses fundaram nossa nação com valores católicos por eles trazidos, nossa herança inclui a língua, o Direito, a Filosofia e a fé que cruzou o Atlântico com os lusitanos. O povo brasileiro é filho sim filho dos lusos, miscigenando-se com indígenas, africanos e imigrantes de toda parte do mundo, mas culturalmente, é de Portugal que nossas bases civilizacionais têm raízes.

Devemos sempre lembrar que o Brasil teve como rito de fundação a celebração de [uma missa](#), tamanha a importância da fé para os conquistadores do novo mundo. A realização, em um Domingo de Páscoa, contou com a participação de nativos, fazendo com que o nascimento do Brasil e seu batismo fosse a melhor símbolo da fusão do novo e o velho mundo.

Como os demais países latino-americanos, o Brasil nunca mais deixaria de lado a sua ligação com o cristianismo, ainda que seja um país receptivo às diversas crenças, o que também está afeto aos sentimentos de fraternidade e redenção, uma vez que, para um cristão, todos são filhos de Deus e merecem a oportunidade de salvação. Sem segregar as demais religiões, o Brasil cristão vive em harmonia sustentado por uma liga chamada fé, acolhendo até mesmo aqueles que, por liberdade, escolheram não crer em nada.

Todavia, não podemos confundir conceitos como Estado laico, Estado laicista e Estado ateu, pois o primeiro respeita e fomenta a religiosidade, o segundo busca erradicar do público qualquer que seja a prática religiosa e o último, diverso dos indivíduos que optam pelo ateísmo, busca combater e aniquilar a fé em todo e qualquer espaço, como feito nos países coletivistas.

Confundir Estado laico e laicista é ignorar que o poder público deve manter uma postura passiva no que diz respeito à fé do indivíduo e assumir que pode o Estado reprimir cultos conforme sua visão política, como ocorreu durante os arbítrios sanitaristas dos últimos anos. Já o Estado ateu pretende acabar com qualquer fé que não seja nos líderes políticos, assumindo o papel principal na construção de valores de uma sociedade.

É necessário distinguir o indivíduo ateu e o Estado ateu, pois como indivíduo, o descrente reserva-se ao direito de não guardar a fé em algo, mas não buscará, ao menos não deveria buscar, intervir na relação de outros, sem afrontar ou tentar induzir que abandonem sua religiosidade. Eis a grande distância entre o ateísmo real e aquilo que a religião do mal propaga como ateísmo.

Ateu e o socialismo é uma farsa que conquistou os incautos, posto que, o revolucionário tem sim uma crença, uma fé que o guia em suas ações, que é movida pelo materialismo, não prometendo o paraíso celeste, mas afirmando que ele pode ser trazido para o plano terreno, ainda que para alcançá-lo seja necessário emergir a desgraça sobre a humanidade.

Em um primeiro momento é imperioso distinguir o que se define como ateísmo e a militância atea, que para esconder o traço ideológico é chamada de postura ateísta ativa. Sendo também importante tratar do agnóstico e do teísta.



O ateu é [aquele que não acredita em uma divindade](#), rejeitando tanto as crenças politeístas como as monoteístas, assumindo que não há uma existência divina, logo, reduzindo o universo ao plano material. Este tipo de indivíduo rejeita a fé, mas não teria motivo para opor-se a crença alheia, salvo se perseguido por causa de sua não crença. Viver sem acreditar em Deus é a chamada postura de ateísmo passiva, na qual a decisão afeta tão somente aquele que decidiu por ser ateu.

O ateísmo ativo ou [neo-ateísmo](#), que na verdade é uma militância, não se resume à escolha pessoal, mas em uma clara oposição à crença alheia. Um claro exemplo é a organização de nome Atea, que faz divulgações buscando vilipendiar a fé com base em argumentos falaciosos e casos isolados.

Distinguir o ateu da ativista é importante, pois, um adotou uma visão de mundo, concordemos ou não, já o outro serve aos interesses da pior crença que anda sobre a terra, sendo apenas mais uma faceta dos revolucionários e, por isso, tentam assimilar todos os que se enquadram no ateísmo como seu rebanho. Assim como as lideranças ativistas das chamadas minorias LGBT, movimento negro, feminismo e outros, esses auto intitulados defensores de [grupos minoritários](#) usam aqueles que dizem representar para angariar capital político, ou seja, são sindicatos que cumprem um papel na revolução conduzindo os desavisados para o precipício.

O que resta evidente é que os ateus em geral tornaram-se tão somente um grupo identitário no qual não se trata de não crer em algo divino, mas de submeter-se à militância revolucionária cujo papel central é colocar em dúvida a fé alheia. Se um determinado indivíduo se considera ateu, agnóstico ou teísta, unir em um grupo já é sem sentido algum, é como criar uma irmandade cujo objetivo é combater a existência de irmandades.

Sobra o argumento mentiroso de que ateus sofrem constante discriminação, o que, data máxima vênia, não se aplica ao ocidente, haja vista que, não há punições ao que rejeitam uma fé ou mesmo a compulsoriedade em ser arrebanhado. Logo, à exceção de países de maioria islâmica, não há que se falar em perseguições a ateus, em que pese, os Estados ateus o façam contra as demais religiões, justamente, por não adotarem a postura passiva, que é individual, mas pela postura ativa, intervindo na fé alheia.

O conceito de agnóstico reside naquele que se enxerga como capaz de assumir uma fé, entretanto, preso a ideia de crer naquilo que pode ser provado no plano material, tal indivíduo considera-se incapaz de assumir-se como alguém que crê ou não, duvidando, mas não negando, a existência divina. O teísta, por sua vez, acredita em um Deus, mas nega-se a assumir uma religião, pretendendo buscar uma fé sem igreja e sem doutrina, portanto, é um crente independente, muito mais difícil de ser cooptado pelas forças revolucionárias e seu discurso materialista.

A militância ateísta não busca a liberdade do indivíduo em não aceitar a Deus ou uma doutrina religiosa, tendo em vista que serve a uma fé, logo, tem o dever de se contrapor às religiões estabelecidas,

vilipendiando-as enquanto fomenta a busca pelo material, o despreendimento de valores e o rompimento com a ordem estabelecida, em síntese, fomenta a revolução no campo da religião.

A máxima de conflito de classes, que outrora era entre o proletariado e a burguesia, acaba assumindo outras faces ante o fracasso inevitável da revolução. Por tal razão atuam criando um conflito em todas as frentes possíveis, fazendo com que a sociedade se fragmente enquanto [puxam as cordas de suas marionetes](#).

Uma colocação muito peculiar de [Rafael Scapella](#), que se declara como agnóstico ou mesmo ateu, sobre o cristianismo não se limitar na crença religiosa, mas em valores civilizacionais, de maneira que se reconhece como “culturalmente cristão”, considerando que, a sociedade que tem como base foi edificada sob o cristianismo. Reconhece assim que a fé cristã é uma das bases da sociedade ocidental e que suas tradições merecem ser preservadas, mesmo por aqueles que não comungam de tal fé.

Despindo-se então da visão deste articulista no que diz respeito à religiosidade, o católico tentará por-se na pele de um ateu para olhar pelo prima de que não tem a fé como uma de suas bases estruturantes, entretanto, deve observar que a sociedade em que vive teve como nascedouro o cristianismo, trazendo então como valores aqueles que foram inspirados pela fé em Cristo.

Ante isso, resta evidente que, mesmo para um ateu, é melhor viver em uma sociedade na qual os valores cristãos se fazem presentes. Ousaria dizer que qualquer religião que não seja a revolução faria de qualquer lugar um pouso mais agradável que as terras manchadas pela fé na foice e o martela da danação.

A falta de fé e dos valores pode contribuir para a degradação da sociedade, assim como o uso de entorpecentes e o total desapego aos costumes, atirando determinada civilização em um caos generalizado, some-se a isso a [violência](#) e a [vida desregrada](#) e temos a fraqueza de todo um sistema que permitira a implantação da revolução, que será posta em prática pelas minorias que se puder aproveitar. Cumprido o papel, a minoria perderá sua utilidade e será descartada sem a menor cerimônia.

Os valores de uma sociedade estão ligados a religião e isso fica evidente quando a fé se torna um obstáculo aos anseios totalitários, o que se verifica no caso do holocausto, em que o Partido Nazista, faz dos judeus seu alvo, entretanto, não há uma renúncia em razão da crença mesmo ante a uma ameaça brutal. Indivíduos sem tal apego, poderiam facilmente jurar lealdade aos nazista em troca de terem suas vidas poupadas, mas assim como os apóstolos de Cristos e tantos outros que os sucederam, abandonar a fé é ainda mais grave que a morte, pois condena a alma e não o corpo.

Ainda que um descrente consiga viver em paz com sua escolha, habitar em um meio no qual há uma chama desconhecida que alimenta a esperança e baliza valores morais, é simplesmente mais sóbrio, mesmo porque, uma sociedade em que não há uma crença no divino, surgirá naturalmente a crença em uma fé material, reconhecendo como sacro elementos que devem ser cotidianamente questionados, criando assim a “ciência inquestionável”, as celebridades endeusadas e o culto aos líderes.

Um ateu, não se considerando como uma criação divina, jamais deveria defender, por exemplo, pautas como o aborto, já que sua vida é única, mas a preserva, não poderia atentar contra outra vida, bem como, deveria ser contrario as a pauta desarmamentista, haja vista que, defender-se de um agressor é uma ação natural, entretanto, a militância ateuista cotidianamente abraça tais correntes, por óbvio, devido a influência revolucionária, ou melhor dizendo, pela sua servidão aos interesses da revolução.

Por tal razão, aquele que busca ser livre, ainda que descrente, encontrará nas sociedades que se sedimentam na fé cristã, um ambiente muito mais sóbrio e resistente às investidas totalitárias, sendo um ponto central para os revolucionários, corromper as bases da civilização ocidental, destruindo o ordenamento jurídico, a [compreensão de mundo](#) e a base moral que tem [na fé sua sustentação](#).

O socialismo é a religião do revolucionário e por isso ele precisa corroer toda outra crença que se ponha como obstáculo, a teologia da libertação e a teologia da prosperidade são exemplos de como implodir a crença dos indivíduos.

A teologia da libertação transfere uma visão marxista para o cristianismo, inserindo a luta de classes como sendo de interesse do catolicismo, deturpando, com seu olhar revolucionário uma das mais antigas igrejas existentes, que sem dúvida, se coloca como uma enorme barreira para os revolucionários, A teologia da libertação atua como um Cavalo de Tróia, uma vez inserida no cerne da Igreja, a envenenará e deturpará sua missão.

A teologia da prosperidade, veneno inserido nas igrejas protestantes, faz com que a fé esteja condicionada ao sucesso financeiro, assim, torna o cristão apegado ao material, sendo suscetível a corrupção em razão da ganância. Não se trata da busca racional pela prosperidade, mas uma relação de escambo divino que, fatalmente, fará do fiel um investidor e não alguém movido por fé.

Em uma sociedade socialista, a única fé que se deve ter é no Estado, posto que, este será o meios de erradicar todas as injustiças, portanto, tem se o Estado ateu, que sempre terá postura ativista e buscará suprimir toda a crença que não seja nele. Não é uma coincidência que os líderes da Coreia do Norte são venerados como se fossem divindades, sendo um considerado governante ativo ainda após sua morte.

Destruir a fé do homem é indispensável, pois quando se [tira Deus do indivíduo](#), é natural que tal seja substituído por outra, ainda que artificial, o que explica a inclinação natural de ateus para outras atividades, ou mesmo, para a bolha ativista que ocupa seu tempo fazendo escárnio da fé alheia. O ateu que não tem a vontade de se associar às seitas revolucionárias, será rechaçado por elas como um traído, o que é o destino de todo aquele que renega a sua “minoría militante”, ou seja, não se deixa arrebancar pelos líderes revolucionários que pretendem aprisioná-lo em um grupo conforme sua característica destoante.

O socialismo, que muitos agora negam existir como meio de não assumirem por saberem que estão pregando algo nefasto, captura a alma humana pela fraqueza, escravizando todos aqueles que se curvam a

sua doutrina doentia. A revolução é uma religião com símbolos e crenças bem definidas que se mostrará quando sentir que é o momento.

Sua cruz é a foice e o martelo, seu deus é o Estado, seus sacerdotes os membros do partido, partido esse que é a igreja, sua salvação reside em fazer parte de um grupo e seu paraíso é usufruir do poder. Os pecados, não importam quais, serão perdoados se forem feitos em nome da causa e o desespero é a porta de entrada para tal fé, sendo certo que, a conversão pelo medo ou ganancia nem sempre será a melhor escolha.

Se, por outro lado, o homem se sustentar firme em sua crença, estará como a Igreja da Penha, erguida sobre a rocha e inalcançada pelo caos que a tudo consome. Um símbolo de que a fé estará acima da degradação, para que possamos lembrar que a esperança repousa em nós e que Deus conduzirá os rumos, por mais inóspitos que sejam as trilhas, e, guardando a fé, cumpriremos o papel que nos foi designado, ainda que não saibamos qual seja.

Aos que preferiram não seguir nenhuma crença, deixo a reflexão que não se deixem usar por seres que buscam fazer da terra seu paraíso particular, ainda que, para tanto, tenham que fazer aflorar o inferno ao demais. Devemos lutar incessantemente contra os avanços revolucionários, tendo em vista que, nada além da revolução os importa, estando assim dispostos a destruir tudo aquilo que não lhes aproveitar, independente daquilo que se acredita, ou deixa de acreditar, a mente revolucionária é impiedosa e seus agentes erradicarão tudo aquilo que forem incapazes de sorver.

Resistiremos fortes apegados em nossa fé e que Deus nos guie.

“Aquele que vive na habitação do Altíssimo e descansa à sombra do Todo-Poderoso desfrutará sempre da sua proteção”.

Salmos 91:1



As “relações intergeracionais”, o *Così è (se vi pare)* progressista

Por Danielly Jesus

Luigi Pirandello foi um dramaturgo, poeta e romancista italiano. Recebeu o Nobel de Literatura em 1934. Uma de suas peças mais conhecidas chama-se “*Così è (se vi pare)*” (*Assim é... se lhe parece*), escrita em 1917. Nela, o autor retrata o tema da verdade, o contraste entre realidade e aparência, entre verdadeiro e falso, mas questiona a verdade como sendo objetiva.

“*Verdade relativa*” sempre foi uma das cartas na manga dos casacos vermelhos, pertencentes aos membros da ala progressista; afinal, onde não há freio nem limites no que tange à costumes, existe um verdadeiro “vale-tudo”, sem ordem e sem pensar nas consequências.

Uma dessas “*verdades relativas*” é: “*quem disse que menores não podem decidir com quem se relacionar, mesmo que seja com maiores de idade?*” Os progressistas chamam isso de “*relação intergeracional*”: uma relação amorosa entre um menor e um adulto, com o consentimento de ambos e que não necessariamente resulta em abuso.

Isso foi o que decidi a Suprema Corte da Colômbia no mês de Agosto. Menores entre 14 e 18 anos agora podem tomar a “*decisão livre*” de casar-se civilmente ou estabelecer uma união estável, com a “*vontade responsável*” de formar uma família. Para a Corte, “*os maiores de 14 anos e menores de 18 anos*” podem, “*conforme sua idade e maturidade*”, decidir “*sobre suas próprias vidas e assumir responsabilidades*”. “*Ninguém mais poderia ser dono de seus destinos. Assim, devem ser consideradas pessoas livres e autônomas, com a plenitude de seus direitos*”, acrescenta o texto. Com a sentença, já não é necessária a autorização dos pais. Infelizmente, cristalizou-se algo que foi durante muitos anos uma bandeira de movimentos da ala vermelha da força.

Essa postura indecorosa foi defendida por *Simone de Beauvoir* e seu amante, *Jean-Paul Sartre* (que, sabidamente, aliciavam menores), além de *Michel Foucault*, *Jacques Derrida*, pelo romancista e ativista pelos direitos dos homossexuais *Guy Hocquenghem*, entre outras personalidades.

A feminista radical *Shulamith Firestone*, em sua obra “*A dialética dos sexos*”, defendia a “*liberdade sexual para que todas as mulheres E CRIANÇAS possam usar a sua sexualidade como quiserem (...) serão permitidas e satisfeitas TODAS AS FORMAS DE SEXUALIDADE.*”

Para os progressistas, assim é se lhe parece: se um menor pode dar consentimento, por que ser refreado em sua sexualidade? Para os conservadores, porém, além de um freio moral, há uma verdade incontestável: um menor NÃO tem capacidade de consentir. E mostrarei isso com o caso da própria Beauvoir.

A filósofa e seu amante cooptavam menores para sua rede nefasta de abuso. A primeira vítima foi *Olga Kosachiewicz*, filha de um imigrante perseguido pela Revolução Russa. Simone e Sartre prometeram à família cuidar da menina, que à época, tinha 17 anos, e pagar suas despesas com educação. Aos poucos, a menina foi envolvida em uma teia nefasta e seduzida por Beauvoir. Olga começou a ir mal nos estudos e seus pais a convenceram a voltar para casa. O casal, prometendo mundos e fundos, conseguiram trazer Olga de volta a seu convívio.

A menor relacionava-se com Simone, mas relutava em estar com Sartre, principalmente por conta de sua aparência. Olga aceitava dinheiro do filósofo, porém recusava a ter relações com ele. A pressão psicológica era tão

grande que Olga mutilava-se constantemente. Para se “vingar”, Sartre seduziu a irmã da adolescente, Wanda. Infelizmente, as duas irmãs foram as primeiras de uma longa fila de menores cooptadas por este casal psicopata. Das amantes que tiveram, pelo menos uma suicidou-se e outra tornou-se viciada em entorpecentes.

O cerne da questão é: se, de acordo com os que defendem as ditas “*relações intergeracionais*”, o menor pode decidir entrar e sair do relacionamento, por que as moças cooptadas pelo casal francês não o fizeram?

Devemos sempre lembrar que a ala progressista não possui freio moral, como já dito no início deste texto, e por conta disso, há uma falsa imagem de “*liberdade*”: podemos fazer tudo se sentirmos vontade, dizem. Relativizam até um atentado gravíssimo contra menores em prol de uma “*autonomia sexual infantil*”.

Em 2020, a ex-ministra da Família e agora, senadora eleita *Dameres Alves*, denunciou que algo semelhante transita pelos corredores do Congresso. Segundo ela, o projeto de lei de número 236/2012, propõe que a idade do consentimento recue para DOZE ANOS.

De acordo com Dameres, apesar do relator da proposta ter rejeitado a medida, alguns assessores parlamentares falavam de reduzir a idade de consentimento para 10 anos, o que seria como legalizar a pedofilia.

– *O relator rejeitou, manteve 14. Mas nem foi apreciado o voto do relator e nem foi apreciado o projeto inicial. Eu saí do Senado em dezembro de 2018. Nos corredores, já se falava, entre assessores, da possibilidade de apresentar uma emenda para diminuir para 10 [a idade do consentimento]. O que se faz com isso? Legaliza-se a pedofilia. Então, eu preciso reagir.*

Percebe-se a tentativa de se normalizar algo nefasto e que sequestra a infância de milhares de crianças. Mas, já que tudo no mundo moderno é relativizado, não se pode caracterizar isso como “*violência*”, mas como “*escolha*”. Afinal, *Così è (se vi pare)*.



Batalha de Lepanto e Nossa Senhora do Rosário

Por Maria Cecília Pontes Carnaúba



No Golfo de Lepanto, depois conhecido como golfo de Corinto, travou-se a maior batalha naval do Século XVI. Os otomanos ampliavam um violento ataque aos territórios cristãos e avançavam sobre a população ocidental.

Os cristãos sentiam-se desanimados, as forças muçulmanas pareciam invencíveis, vilipendiavam o cristianismo, negavam a divindade de Jesus Cristo, invadiam os territórios cristãos e escravizavam a população. Havia subjugado 12 mil seguidores de Cristo e os condenaram a trabalhos forçados na África. Por fim, tomaram a ilha de Chipre.

A pedido do Papa, os cristãos se uniram para deter a destruição dos fiéis, formaram a Liga Santa, com forças navais da Espanha, Nápoles, Veneza e Gênova¹. A Armada lançou-se ao Mar Jônico para enfrentar os agressores fé sagrada. A superioridade da esquadra inimiga era gritante, mas isto não intimidou os guerreiros de Cristo.

O Papa São Pio V, pediu à cristandade que se pusesse de joelhos a rezar o Santo Rosário enquanto a batalha revolia o mar. Ele mesmo, junto com um grupo de oração, incessantemente jejuava e rezava o

terço o pedindo auxílio à Mãe de Deus para defender a palavra e os seguidores de seu Filho no embate que se desenvolvia.

O comandante da esquadra cristã, Dom João da Áustria, no principal mastro da nau capitânia, hasteou o estandarte com a imagem de Jesus Crucificado, presente de Sua Santidade para lembrá-lo da missão de defesa da santa fé.

Sob seu comando todos os marinheiros se confessaram e receberam o Sacramento da Comunhão². Rezavam incessantemente o Santo Rosário, o mantinham junto ao corpo, em súplica a Nossa Senhora para que os auxiliasse nessa luta em defesa da cristandade.

Os mouros dispuseram seus navios em forma de lua crescente, símbolo da expansão impiedosa de seu império. Os navios cristãos foram dispostos em duas colunas, em forma da Santa Cruz.

Súbito, ouviu-se o ribombar de um canhão inimigo, era a afronta moura que avisava o início do ataque. As embarcações cristãs rumaram para a luta. O embate foi violento e o desequilíbrio numérico das esquadras inundava a alma dos guerreiros inimigos de soberba.

Os cristãos impuseram a seus corpos todas as forças do espírito, alimentava sua determinação o sentido de suas existências: a defesa da fé revelada ao povo hebreu, confirmada e esclarecida, por Jesus Cristo, aos apóstolos.

Surpreendentemente, os ventos mudam de direção, os cristãos dominam o combate e os otomanos são derrotados. A Liga Santa libertou os 12 mil cristãos escravizados.

Os marinheiros mouros relatam que viram, sobre os mastros principais das embarcações da Liga Sancta, uma Senhora exuberante, poderosa, irresistível, que os repeliu com a força de sua majestosa presença.

No instante da vitória, no dia 07 de outubro do ano da graça de 1571, o Papa São Pio V levantou os olhos para fitar o céu de Roma, nele estava estampada a imagem da mesma Senhora Magnífica que derrotou os guerreiros mouros.

O Pontífice voltou-se para os religiosos, que rezavam com ele, e disse: É hora de pararmos de pedir, vamos agradecer, Nossa Senhora acaba de nos dar a vitória.

10 dias depois, chegou à Santa Sé a notícia da vitória cristã em Lepanto. Confirmou-se a visão do Papa.

Agradecidos, os marinheiros cristãos chamaram sua defensora de Nossa Senhora das Vitórias, depois, Nossa Senhora do Rosário. As vitórias foram alcançadas através da oração do Santo Rosário.

Santíssima Senhora, dai-nos a vitória!

Rogai por nós, Nossa Senhora do Rosário!

Escravismo à brasileira

Por Mauricio Motta



PAPA NICOLAU V (1397 – 1455)

A história de nosso país remonta ao primeiro e mais antigo fóssil descoberto até o momento em Minas Gerais, que foi apelidado de Luzia, com aproximadamente onze mil e quinhentos anos. Entretanto, se considerarmos os achados do Piauí, na região de São Raimundo Nonato (entalhes cortantes e resíduos de fogueiras), podemos alcançar algo em torno de quarenta e oito mil anos.

Por outro ponto de vista, nossa história oficial registrada, contada e recontada, tem início em 1500 a partir do avistamento do Monte Pascoal e da chegada dos portugueses na região de Porto Seguro. Deste ponto em diante, aproximadamente cinquenta anos se passaram até que os primeiros seres humanos escravizados chegaram às terras brasileiras. A existência de nosso país, da maneira que atualmente o conhecemos, seu desenvolvimento, seu lugar e importância no cenário mundial, se devem entre outros fatores à mão de obra daqueles nossos ancestrais, homens, mulheres, idosos e crianças que promoveram através do seu (doloroso) trabalho, a riqueza de famílias que sobreviveram até os nossos dias e de nosso país como um todo. Assim sendo, se considerarmos a condição tantas vezes observada em nossa sociedade, de afrodescendentes em condições de pobreza, miserabilidade, marginalidade e sofrendo preconceito em razão de raça ou cor, concluímos que temos uma dívida histórica para com os descendentes em razão dos crimes cometidos contra seus ascendentes.

Dito desta forma e sem uma reflexão mais aprofundada, ainda que tenhamos traçado o raciocínio em premissas verdadeiras, chegaremos a conclusões falsas a que podemos chamar de sofisma ou falácia.

O que pretendemos com este artigo não é, em hipótese alguma, justificar, minimizar ou ocultar a dor e sofrimento de milhões de seres humanos, reduzidos à terrível condição em que viveram e morreram, mas levar o leitor àqueles tempos e eventos; e não trazer os tempos e eventos ao leitor. Como já dissemos em outros artigos, a análise de tempos idos, sob o ponto de vista do homem contemporâneo, gera uma análise anacrônica e matriz de distorções danosas até mesmo às ações corretivas que se pretenda tomar.

Primeiramente gostaríamos de colocar o fenômeno da escravidão em seu contexto adequado, sem reduzir sua dramaticidade incontestável. A prática escravista mantida no Brasil por mais de trezentos anos não foi de modo algum um fenômeno original. Na Grécia antiga desde o século XVI a.C., assim como em Roma por volta de IX a.C., escravos serviam às mais diversas atividades produtivas e estavam sujeitos a punições e castigos, mais ou menos severos a depender da falta que houvessem cometido. No caso da Grécia eram extremamente raros os casos de concessões de liberdade ao cativo; porém em Roma esta prática acabou se tornando mais comum. Em ambos os casos o comércio de mão de obra escravizada era comum e altamente lucrativo.

Muito anterior à Grécia e Roma, os textos bíblicos do Novo e Antigo Testamento nos falam dos períodos de conquista e escravidão impostos ao povo judeu por babilônios, egípcios, macedônios, persas e romanos.

A etimologia nos mostra que a palavra escravo é derivada do latim *slavus* (pessoa que é propriedade de outra) que por sua vez está associada aos eslavos, outra etnia que também foi escravizada a partir do leste europeu.

Outro ponto que precisa ser analisado, que está mais diretamente ligado à nossa história, e que tem sido fortemente contestado por integrantes de movimentos identitários é o tipo de participação portuguesa no comércio de escravizados africanos. Expliquemos... Até poucas décadas atrás, a ideia de que durante o período de expansão comercial e grandes descobrimentos (séculos XV e XVI), Portugal conseguia mão de obra escrava pela via militar, invadindo desde a costa até o interior do continente africano e trazendo cativos milhares de pessoas, que seriam então transportadas e distribuídas pelos portos de interesse econômico na América e Europa, se não era amplamente defendida, também não era negada. Assim, não era uma ideia incomum entre professores ou estudiosos do tema, que portugueses sequestravam pessoas desde as mais interioranas regiões de África para fins de comércio. Porém, as fontes históricas primárias que, sendo menos sujeitas a distorções ideológicas atuais, nos oferecem um cenário bastante diverso daquele, contradizem peremptoriamente aquela antiga interpretação.

O reino do Congo, localizado na costa ocidental da África, mantinha um estreito relacionamento comercial e mesmo de amizade com o reino de Portugal. As trocas comerciais eram feitas a partir das necessidades de cada reino, ou seja, Portugal necessitava de mão de obra e o reino do Congo desejava o

ouro. A pergunta mais importante que o leitor deve se fazer a este ponto do relato é: mas os reis congolezes vendiam seus próprios cidadãos em troca de ouro? A resposta é não! Assim como em outros momentos históricos e em outras regiões do mundo, a escravidão se dava pela conversão em escravos dos vencidos em batalhas. Poderiam ser também escravizados aqueles que não possuíssem meios de honrar com suas dívidas. Entretanto, o maior contingente provinha das batalhas entre tribos e/ou reinos.

A partir dessa constatação, Portugal se torna um dos elos de uma corrente bem maior e não a corrente em si mesma. Estes relatos estão baseados em fontes que têm sido franqueadas ao acesso a partir do livro escrito pelo Visconde de Paiva Manso e publicado postumamente em 1877 com o título História do Congo, onde pode-se ver inclusive o trato próximo e até mesmo fraternal que tinham os reis de Portugal e Congo, como segue no seguinte trecho de carta enviada por D Afonso, rei do Congo a D. Manoel de Portugal em 1517: “*Mui poderoso e mui alto príncipe e Rei meu irmão. Ví numa carta de vossa alteza em que me diz que os meus parentes que eu enviava a esses Reinos aprender, que deles se não seguia nenhum proveito, do que sou muito desconsolado porque eu nem os mando para outra coisa somente para aprenderem o que for serviço de nosso senhor Jesus Cristo e para acrescentamento de nossa fé católica por alumiar os cegos que são em meus Reinos, para que depois de minha morte possam sustentar a fé de nosso senhor Jesus Cristo e por esta razão os mando ser ensinados e castigados muito bem. (...)*”. Trata-se de uma queixa que faz o rei do Congo com relação ao pouco aproveitamento do envio de parentes a Portugal para estudos. Observa-se que ambos os reis tem-se a conta de irmãos, aliados e cristãos. Pode parecer ao leitor que por serem cristãos tão fiéis e devotos, é incompreensível que encarassem a escravidão como natural. Mais uma vez é preciso lembrar que estamos tratando de uma fonte do século XVI e não do século XXI. A mensagem cristã permanece a mesma até hoje, mas os homens são homens de seus tempos.

Anteriormente ao relacionamento comercial entre Portugal e Congo, a Bula *Dum Diversas* emitida pelo Papa Nicolau V em 1452 outorgava a Portugal, por meio de seu rei Afonso V o direito de escravizar os sarracenos (antiga forma de identificar árabes e muçulmanos).

(...) outorgamos por estes documentos presentes, com a nossa Autoridade Apostólica, permissão plena e livre para invadir, buscar, capturar e subjugar sarracenos e pagãos e outros infieis e inimigos de Cristo onde quer que se encontrem, assim como os seus reinos, ducados, condados, principados, e outros bens [...] e para reduzir as suas pessoas à escravidão perpétua. (...) nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo (...).

A questão naquele momento não era racial, isso pouco ou nada importava ao Papa ou ao rei de Portugal. A questão central era o avanço do poder econômico, militar e religioso dos muçulmanos frente

ao ocidente, algo que se tornaria ainda mais urgente um ano após a Bula Dum Diversas quando Constantinopla, capital do império bizantino e continuadora do império romano em sua vertente oriental, cai sob o controle dos turcos otomanos, marcando o fim da Idade Média. À igreja importava rechaçar o avanço dos muçulmanos e o risco que isso representava a fé católica, ao rei de Portugal importava ter acesso a uma nova fonte de escravos, já que os mercados orientais se encontravam então sob o controle de árabes e outros mercadores vinculados à religião muçulmana.

Aos muçulmanos daquele período, o comércio de escravos e a utilização daquele tipo de mão de obra eram tão naturais quanto qualquer tipo de atividade comercial. Também entre eles as questões étnicas não eram de nenhuma relevância, porém, um elemento diferenciava muçulmanos e cristãos na relação com seus cativos: a um escravo que se convertesse ao islamismo, era concedida a liberdade, passando a contar como um irmão em fé e credor da mesma consideração e respeito de um muçulmano desde o nascimento. O fato é que um convertido contava como mais um braço armado na defesa da religião muçulmana. Um escravo convertido ao cristianismo poderia conquistar sua liberdade, mas não em razão de sua conversão.

Quando analisamos com o distanciamento necessário as questões econômico-comerciais vinculadas ao comércio de escravos, é possível concluir que, assim como em qualquer outra atividade comercial, a proximidade das fontes de recursos e os custos envolvidos na compra e transporte, faziam da África a opção mais óbvia. Insistiremos em dizer que não buscamos justificar as ações do passado, mas entender os contextos envolvidos e a cultura associada ao momento histórico que tomamos por objeto de estudo. Do ponto de vista dos homens daquele tempo a escravização por meio de guerras “justas”, por dívidas, ou por ordenação religiosa era ação tão normal quanto qualquer outra. Do ponto de vista atual são aberrações e desumanidades que não devem ser jamais repetidas. Mas por ora estamos analisando as relações entre Europa e África nos séculos XV e XVI e não o Sudão do século XXI.

Encerramos neste ponto reforçando a conclusão de que para as sociedades medievais e do início da era moderna, as questões étnico-raciais eram irrelevantes, mas o acesso às fontes e os baixos custos envolvidos eram sim, de extrema relevância, assim como os interesses geopolíticos e religiosos.

Encerrada esta etapa de nossa análise, trataremos da continuidade deste artigo, onde analisaremos as relações de exploração da mão de obra escravizada no Brasil, as relações sociais possíveis e as questões econômicas que punham em conflito ou em associação os brancos e os negros. Até breve!

O poder de inventário da mente e sua fundamental importância na educação.

Por Edson Araujo

O ser humano tem várias faculdades, entre elas, a faculdade mental de inventariar.

É importante ressaltar que o conceito aqui não é outro senão o filosófico, pois há também o conceito jurídico que trata da partilha de bens de uma pessoa, mas não é sobre este processo que irei tratar neste texto.

Filosoficamente, inventariar é o poder que se tem de dizer o que cada coisa é, sua função e local próprio, (é parte de nossa inteligência) e a partir daí direcionar nossas ações, decisões, práticas, metas, enfim, nossas vidas.

No processo educacional o poder de inventariar da mente é inexorável, pois sem ele a educação é impossível.

Temos por exemplo o poder cerebral (que não é o mental) que no momento certo diz pra cada órgão do corpo humano sua função, temos também o poder psicológico de organizar as emoções e sentimentos.

Imagine se na hora em que o corpo precisa de mais oxigênio o cérebro envia a ordem para os rins funcionarem para esse propósito?

Podemos imaginar o final...

Imaginemos também se no momento em que a emoção correta é a admiração à psique apresenta o desprezo?

Também podemos imaginar o resultado...

O processo educacional passa pela correta organização dos pensamentos e estes vêm da mente, por isso é necessário que o canal por onde essas ideias passem estejam bem limpos, para que uma ideia que tenha por exemplo o propósito de unir a pessoas não gere facções.

Lembro que todas as escolas de filosofia, desde os pré socráticos como Parmênides que dizem os historiadores “descoberto a dialética”

Até os dias de hoje, sabem a importância de ter uma mente bem limpa e organizada, como qualquer ambiente que precisemos usar.

Iremos tratar em outro momento de como se faz para ter uma mente limpa e organizada, porém hoje o intento é refletir sobre este tema.

Observando em como tratam a educação hoje no mundo, podemos perceber o quão distante estamos de uma boa educação humana, ainda que a tecnocracia em muitos lugares seja bem requintada, é deficiente para a formação do cidadão, basta vermos como se comportam nossos profissionais em todas

as áreas do conhecimento e como estes conhecimentos estão aquém das necessidades humanas, mas não das necessidades do mercado.

Uma consideração a fazer é sobre a cultura entregue pelos governos hoje.

Músicas de baixíssimo nível, livros que exprimem ideias paupérrimas, filmes de cunho no mínimo duvidoso, ideias de separação de classes (que é uma falácia), a promoção de desprezo pelo seu país e sua história, enfim, uma enormidade de lixo que contamina esta ferramenta tão fundamental para a educação humana.

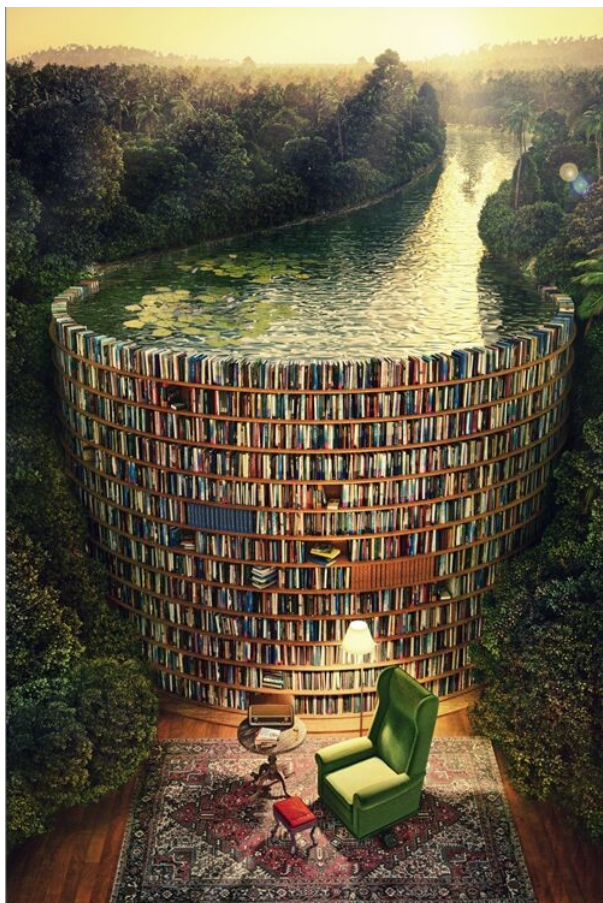
Como teremos bons governantes por exemplo, se suas mentes não conseguem se quer inventariar sobre justiça, política, saúde, educação e outros aspectos importantes para uma sociedade?

Talvez seja esse o motivo da decadência que presenciamos hoje; pensemos sobre isso.

Como escrevi no início do texto, trataremos sobre a construção de uma mente saudável em outro momento, mas penso que umas dicas seriam bem-vindas, como:

Leitura dos clássicos, músicas altivas, filmes que gerem emoções e sentimentos nobres, assuntos que qualifiquem nossas conversas, amizades edificantes, e sempre procurar diminuir o nível de egoísmo, são passos importantes para a educação ideal, pois nos ajudam a qualificar os elementos que promovem o inventário que devidamente aplicado por nossa mente, com certeza nos levará ao patamar humano que almejamos.

Que Deus abençoe nossa jornada!



Um trono ameaçado!

Aos Católicos do Brasil

Por Públio Caio Bessa Cyrino



Hoje é dia de Nossa senhora Aparecida, Padroeira do Brasil.

Todos recordamos que no ano de 1888 a Princesa Isabel aboliu a escravidão no Brasil e por esse gesto, recebeu do Papa Leão XIII a maior honraria destinada a personalidades católicas de grande destaque e benemerência, a chamada **Rosa de Ouro** (Fonte: Agência Senado).

Entretanto, essa atitude da Princesa lhe rendeu perseguições da aristocracia da época, enfrentando uma verdadeira campanha contra sua imagem. *“A República não foi feita contra a família imperial, mas claramente contra Dona Isabel, em seu terceiro reinado (os republicanos diziam que a abolição foi um confisco de propriedade e queriam indenização), e contra os negros. A República foi uma forma de impedir a politização do movimento abolicionista e ascensão dos negros — defende Antunes de Cerqueira”*, diz a Agência Senado.

Pressionada junto com a família Real a deixar o Brasil, consta que a Princesa Isabel foi ao encontro da imagem de Aparecida deixando o seguinte bilhete: ***“Eu, diante de Vós, sou uma princesa da terra e me curvo, pois és a Rainha do céu e te dou tão pobre presente que é uma coroa que seria igual à***

minha, e se eu não me sentar no trono do Brasil, rogo que a Senhora se sente nele por mim e governe perpetuamente o Brasil”.

Esse gesto humilde e devoção a Nossa Senhora feito pela Princesa Isabel foi seguido pelo Papa Pio X, que em setembro de 1904, ***oficialmente coroou Nossa Senhora Aparecida*** como ***Rainha do Brasil*** e, mais tarde, Padroeira do Brasil. Durante a *Consagração de Nossa Senhora*, o Cardeal Sebastião Leme, então Arcebispo do Rio de Janeiro: pronunciou as seguintes palavras:

“Senhora Aparecida, o Brasil é vosso! Rainha do Brasil, abençoai a nossa gente! (...) Senhora Aparecida, o Brasil vos ama, o Brasil em vós confia! Senhora Aparecida, o Brasil vos aclama! Salve, Rainha!

Por ocasião do centenário da Coroação de Nossa Senhora Aparecida, o Santo Papa João Paulo II afirmou: “ [Nossa Senhora] teve uma pátria, pertenceu a um povo, aos quais amou e pelos quais sofreu; podemos pensar que Ela experimentou essa realidade humana que é o ***patriotismo***, conhece seu sentido mais profundo. Tendo levado consigo estes valores para o Céu, Ela sabe o que pedir junto de Deus melhor do que o fizera Ester ao rei Assuero: **«Só te peço, ó rei, que salves o meu povo»** (cf. Est 7, 3).

Hoje, no seu dia, precisamos refletir o quanto o ***Trono de Aparecida*** está sob ameaça. Ela, que segundo João Paulo II, experimentou essa realidade do ***patriotismo***, sendo amada e venerada por esse povo pertencente a um país de raízes católicas, cujo 1º ato solene após o descobrimento foi a celebração de uma santa Missa, numa praia, com altar improvisado, cravando a cruz do Cristo, como sinal da presença católica para a luta pela implantação do Reino de Deus e evangelização dos povos (“Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a todas as criaturas – Mt 16,15). E hoje, nossa Rainha assiste muitos católicos abandonando a luta pelo Reino de Deus, pela propagação do Evangelho trocado por pregação de ideologias, pela perda dos valores religiosos e do ***patriotismo***, colaborando para entregar seu Trono aos comunistas e socialistas, que odeiam Nossa Senhora, odeiam Jesus Cristo, odeiam as religiões judaico-cristãs.

Não de agora, mas bem mais acentuada se faz a perseguição aos cristãos, em especial aos católicos, por comunistas e socialistas: Ortega, na Nicarágua, recentemente, expulsou freiras e padres, prendeu bispo, fechou rádios católicas. Igrejas são incendiadas no Chile e na Venezuela, e outras igrejas invadidas no Brasil, interrompendo o culto da Santa Missa. Lula, candidato, afirmou em bom tom, que se chegar ao poder vai dizer aos padres católicos e pastores protestantes qual é o seu lugar e sua função, ameaçando a liberdade de expressão e culto religioso. E muitos padres, bispos, leigos aplaudindo...

Infelizmente parte da clero e da cúpula da Igreja, de forma ***negacionista*** do verdadeiro evangelho e do Magistério da Igreja, faz de conta que não lembra de todos os documentos do Magistério que condenam o comunismo e o socialismo. Só para lembrar alguns:

No ano de 1846, Pio IX, na Encíclica *Qui pluribus* já firmava a posição do Magistério da Igreja contra o comunismo: “Nesse ponto, a **doutrina nefasta do comunismo**, como eles dizem, é mais adversa à própria lei natural; uma vez admitido, os direitos de tudo, coisas, propriedade e até a própria sociedade humana seriam perturbados pelo fundo. A esse aspecto estão **as armadilhas tenebrosas daqueles que, em mantos de cordeiros, mas com espírito de lobos**, se insinuam com falsas aparências de piedade mais pura e de virtude e disciplina mais severas: **surpreendem gentilmente, fecham ligeiramente, matam ocultamente; afastam os homens da observância de toda religião e destroem o rebanho do Senhor**”.

Trinta e dois anos depois, em 1878, num documento magisterial a Igreja se pronunciava novamente, agora na voz de Leão XIII: “**Clame, não cesse, levante a voz como uma trombeta**. Vocês entendem, veneráveis irmãos, que falamos dessa seita de homens que, sob vários e quase bárbaros nomes, **são chamados de socialistas, comunistas**, eles planejam há muito tempo – a derrubada de toda a sociedade civil”.

Papa Leão XIII, em 28 de dezembro de 1878, na Encíclica *Quod apostolici muneris*, afirmava: “Obedecendo ao dever do Nosso cargo apostólico, não deixamos logo no princípio do Nosso Pontificado, nas cartas encíclicas que Vos dirigimos, Veneráveis Irmãos, de apontar esta *peste mortal* que se introduz como a Serpente por entre as articulações mais íntimas dos membros da sociedade humana, e a coloca num *perigo extremo*”.

Convém recordar palavras de João Paulo II, quando nos alerta na *Centesimus annus* que A Igreja recebe o ‘sentido do homem da Revelação divina. “Para conhecer o homem, o homem verdadeiro, o homem integral, **é preciso conhecer Deus**”, dizia Paulo VI, citando imediatamente Santa Catarina de Sena, que, em oração, exprimia a mesma doutrina: “Na tua natureza, Divindade eterna, conhecerei a minha natureza””.

Acordem católicos: Isto simplesmente não existe na consciência de um comunista. Para eles, Deus foi *inventado* pelo homem. O Deus do comunismo é o *povo proletariado!*

E, para encerrar, Pio XI, na *Quadragesimo Anno* reforça dizendo ser **incompatível o socialismo com o cristianismo católico**: “Para lhes respondermos, como pede a Nossa paterna solicitude, **declaramos: o socialismo**, quer se considere como doutrina, quer como fato histórico, ou como ‘ação’, se é verdadeiro socialismo, mesmo depois de se aproximar da verdade e da justiça nos pontos sobreditos, **não pode se conciliar com a doutrina católica, pois concebe a sociedade de modo completamente avesso a verdade cristã (...)**”. Ressalte-se que todos esses documentos estão em plena vigência para o Magistério da Igreja.

Então, por que setores da nossa Igreja “esqueceram” esses documentos e não os difundem ao povo católico? Com qual fundamento apoiam os socialistas e comunistas?

De fato o Trono de Nossa Senhora está ameaçado! E ao que parece, ameaçado também por dentro!

Nesse dia 12 de outubro, nos resta fazer das palavras de João Paulo II, ao lembrar a oração de Ester, como nossa Oração de hoje: *“Tendo levado consigo estes valores para o Céu, Ela sabe o que pedir junto de Deus melhor do que o fizera Ester ao rei Assuero: «Só te peço, ó rei, que salves o meu povo» (cf. Est 7, 3).*

Mãe Aparecida, salve o povo brasileiro!



Variedades

Sugestões culturais

Por Edson Araujo

Livro:

O Ideal Secreto dos Templários

O Ideal Secreto dos Templários, que nossa Editora tem a felicidade de publicar, pôs em palavra escrita um ciclo de conferências ministrado pela professora Delia Steinberg Guzmán, em Madrid. Assim foi como esse livro recebeu o tom reflexivo e íntimo, próprio de quando se ensina de mestre a discípulo.

Há algo de Filosofia da História nessas páginas. A autora vai nos introduzindo no conhecimento e compreensão das ideias que inspiraram a Ordem do Templo, nas causas nobres que serviu. Percorrer essas páginas equivale a percorrer muitos aspectos da existência dos Templários: suas concepções políticas, artísticas, simbólicas, econômicas; inclusive, e especialmente, os mistérios que rondam sua origem. Somos apresentados a personagens capitais e participamos de seus vislumbres inteligentes, suas resignações, seus esforços e renúncias *pela glória do Senhor*.

Talvez fosse desejo da professora Delia que pudéssemos – também nós, hoje – sonhar com uma fraternidade universal e construir um estilo de vida dedicado à evolução, à convivência e à realização humana; um modo de vida que, aconteça o que acontecer, valha a pena porque enobrece a alma.



Música:

Aurora Luminosa

A música erudita brasileira no ocaso do século XIX e alvares do XX.

[Clique na imagem e ouça](#)



Poema:**Presságio**

Fernando Pessoa

O amor, quando se revela,
Não se sabe revelar.
Sabe bem olhar pra ela,
Mas não lhe sabe falar.

Quem quer dizer o que sente
Não sabe o que há de dizer.
Fala: parece que mente...
Cala: parece esquecer...

Ah, mas se ela adivinhasse,
Se pudesse ouvir o olhar,
E se um olhar lhe bastasse
Pra saber que a estão a amar!

Mas quem sente muito, cala;
Quem quer dizer quanto sente
Fica sem alma nem fala,
Fica só, inteiramente!

Mas se isto puder contar-lhe
O que não lhe ousou contar,
Já não terei que falar-lhe
Porque lhe estou a falar...

Filme:**À Prova de Fogo**

No trabalho o bombeiro Caleb Holt (Kirk Cameron) é um profissional que cumpre com todos os princípios, sendo um deles nunca deixar um companheiro para trás numa situação de perigo. Já em sua casa, ao lado da esposa Catherine (Erin Bethea), as coisas são bem diferentes. Caleb é um marido ausente e depois de sete anos de união o relacionamento está chegando ao fim. O pai de Caleb pede então que ele inicie uma experiência de 40 dias, denominada “O desafio do amor”, na tentativa de salvar o casamento.



Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia: PIX: 28.814.886/0001-26

Belo Horizonte

Por Munique Costa



Em 1701, o bandeirante João Leite da Silva Ortiz chegou à Serra de Congonhas à procura de ouro. Em lugar do metal, encontrou uma bela paisagem, de clima ameno e próprio para a agricultura. Resolveu ficar e construiu a Fazenda do Cercado, onde desenvolveu uma pequena plantação e criou gado. O progresso da fazenda logo atraiu outros moradores e um arraial começou a se formar em seu redor. Viajantes que por ali passavam, conduzindo o gado da Bahia em direção às minas de ouro e pedras preciosas, fizeram da região um ponto de parada. O povoado foi batizado de Curral Del Rei.

Aos poucos, o Curral Del Rei cresceu apoiado na pequena lavoura, criação e comercialização de gado e fabricação de farinha. Algumas poucas fábricas, ainda primitivas, instalaram-se na região: produzia-se algodão, fundia-se ferro e bronze. Das pedreiras, extraía-se granito e calcário. Frutas e madeiras eram vendidas para outros locais. Com a decadência da mineração, o arraial se expandiu. Das 30 ou 40 famílias existentes no início, a população saltou para a de 18 mil habitantes.

Elevado à condição de Freguesia, mas ainda subordinado à Sabará, Curral Del Rei englobava as regiões de Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria (Esmeraldas), Buritis, Capela Nova do Betim, Piedade do Paraopeba, Brumado Itatiaiuçu, Morro de Mateus Leme, Neves, Aranha e Rio Manso. Vieram as primeiras escolas, o comércio se desenvolveu. No centro do arraial, os devotos ergueram a Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem.

O Distrito foi criado com a denominação de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rey, por Ordem Régia de 1750 e, em 1890, renomeado como Belo Horizonte. Elevada à categoria de município e Capital de Minas Gerais, com a denominação de Cidade de Minas, em 1893, e passou a denominar-se Belo Horizonte, em 1901. Ocorreram sucessivas divisões administrativas e desmembramentos desse território, sem que houvesse mudança no nome da cidade.

O ciclo de prosperidade durou pouco e diversas regiões que constituíram o antigo arraial se tornaram autônomas. Rapidamente, a população diminuiu e a economia local entrou em decadência. No final do século XIX, restavam cerca de quatro mil habitantes. Com a Proclamação da República, em 1889, cresce a esperança de transformações. Para entrar na era que então se anunciava, deixando para trás o passado monárquico, os sócios do Clube Republicano de Curral Del Rei propuseram a mudança de seu nome para Belo Horizonte. Nesse clima de euforia, os horizontinos receberam a notícia da construção da nova capital.

Mudança da capital de Ouro Preto para Belo Horizonte – A primeira tentativa de transferir a sede do Governo de Minas para uma cidade diferente de Ouro Preto data de 1789, quando os inconfindentes planejaram instalar a capital de sua república em São João Del Rei. Depois disso, mais quatro tentativas foram feitas, todas fracassadas. A questão só veio a ser considerada após a Proclamação da República e, dessa vez, não seria uma simples transferência, mas a construção de uma nova cidade.

Em 1891, o Presidente do Estado, Augusto de Lima, determinou – por decreto – a transferência da capital para um lugar que oferecesse condições precisas de higiene. Adicionada à Constituição Estadual, a lei provocou muitos protestos da população ouro-pretana. Os mineiros dividiram-se entre os "mudancistas", favoráveis à nova capital, e os "não mudancistas". Cada um desses grupos fundou seu jornal, promovendo reuniões e debates.

O Governo Estadual, enfrentando essas disputas, criou uma Comissão de Estudos para indicar, dentre cinco localidades, a mais adequada para a construção da nova cidade e Belo Horizonte venceu. Em 17 de dezembro de 1893, com a Lei Nº 3 adicionada à Constituição Estadual, a sede do Governo transferiu-se para Belo Horizonte, onde a nova capital deveria ser inaugurada. A mesma Lei criou a Comissão Construtora formada por técnicos responsáveis pelo planejamento e execução das obras, dentre os quais estavam alguns dos melhores engenheiros e arquitetos do Brasil, chefiados por Aarão Reis. Belo Horizonte foi inaugurada, ainda em construção, no dia 12 de dezembro de 1897.



Caderno Direito nas Escolas

Casamento

Por Leandro Costa

O casamento encontra inúmeras definições apresentadas pelos escritores. No século III, o casamento era visto como “conjunção do homem e da mulher, que se unem para toda a vida, a comunhão do direito divino e do direito humano”. No Brasil, o casamento Civil se formalizou com o decreto-lei número 181/ 1890, que separou o casamento civil do religioso.

A forma religiosa do casamento é aceita até hoje em nossa sociedade, sendo possível a formalização do casamento realizado no religioso (casamento realizado na igreja), desde que cumpridos os requisitos legais conforme os artigos 1.515 e 1.516 do Código Civil Brasileiro. Portanto, se faz necessário que o casamento religioso siga as formalidades impostas pelo Código Civil de 2002 para que este tenha validade e possa ser aceito e registrado em cartório.

Impedimentos matrimoniais

São “condições positivas ou negativas, de fato ou de direito, físicas ou jurídicas, expressamente especificadas por lei, que, permanentemente ou temporariamente, proíbem o casamento ou um novo casamento ou um determinado casamento”. A causa suspensiva é um fato que suspende o processo de celebração do casamento a ser realizado, se arguida antes das nupcias.

Os impedimentos são mencionados nos artigos 1.521, I a VII do Código Civil

Os impedimentos são causas que impossibilitam a realização do casamento por algum motivo.

Os impedimentos são agrupados em três grupos: impedimentos resultantes de parentesco, impedimentos resultante de casamento anterior e impedimentos resultante de crime.

a) Consanguinidade: Não podem se casar ascendentes com os descendentes, por exemplo, pai com filha, avô e neta. Ou seja, qualquer grau de parentesco em linha reta.

b) Afinidade: Não podem se casar os afins em linha reta. Este tipo de parentesco se estabelece entre um dos cônjuges ou companheiro e os parentes do outro, por exemplo, sogra e genro, padrasto e enteada. Segundo o Código Civil 2002, isso se dá porque “*na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou união estável*”. Todavia, ficam excluídos da proibição os afins em linha colateral.

c) Adoção: Da mesma forma que, conforme disposto no art. 1521, I, não podem casar ascendentes com os descendentes de vínculo ou parentesco civil, também não poderão contrair



Caderno Direito nas Escolas

matrimônio o adotante e adotado. Nesse sentido, o art. 22*, § 6º, CF, dispõe que os filhos adotados equiparam-se aos naturais, tendo os mesmos direitos no âmbito familiar. Dessa forma, também estão submetidos aos impedimentos em relação a adoção.

Há o que se chama de **impedimento de crime** trágado no artigo 1.521, VII, do Código Civil quando se fala no caso do cônjuge sobrevivente com o condenado por homicídio ou tentativa de homicídio contra o consorte. Entende-se que esse impedimento diz respeito ao homicídio doloso uma vez que no homicídio culposo não há intenção de matar. Requer ainda a norma que o delinquente tenha sido condenado pelo crime de homicídio ou pela sua tentativa; se foi absolvido ou se o delito prescreveu, extinguindo-se a punibilidade do agente, não há que falar no impedimento matrimonial Mas entende-se que a anistia, a graça ou o perdão não tem o condão de fazer desaparecer esse impedimento.

[Conheça nosso canal no YouTube](#)



Redes sociais

Canal Revista Conhecimento & Cidadania

Inscriva-se e compartilhe!

Assista ao vídeo da nossa 1ª mesa-redonda



Colaborador



www.direitonasescolas.com

Para ajudar a continuarmos com este trabalho, doe qualquer quantia:
PIX: 28.814.886/0001-26

Garanta o seu!!!



Revista Conhecimento & Cidadania

A REVISTA DIGITAL DA DIREITA CONSERVADORA



Por Apenas
R\$ 19,90

Acompanhe-nos nas redes sociais

 @RevistaConhecimentoCidadania

 @revistaconhecimentocidadania

 @revistaconhecimentocidadania



Na compra do E-book da Revista ganhe o E-book: O mínimo que você deveria saber para votar em 2022.



Compre aqui

